

PLS 2022

Relatório de desempenho



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Presidente

Des. Inacio de Alencar Cortez Neto

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Des. Raimundo Nonato Silva Santos

Juiz Federal

George Marmelstein Lima

Juízes de Direito

Raimundo Deusdeth Rodrigues Júnior

Roberto Soares Bulcão Coutinho

Juristas

David Sombra Peixoto

Kamile Moreira Castro

Procurador Regional Eleitoral

Samuel Miranda Arruda



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

FUNDAMENTO LEGAL

Resolução CNJ n° 400/2021
Resolução CNJ n° 325/2020
Resolução TSE n° 23.474/2016
Resolução TRE-CE n° 317/2007
Portaria TRE-CE n° 230/2021
Portaria TRE-CE n° 772/2021
Resolução TRE-CE n° 855/2021
Portaria TRE-CE n° 784/2021

EQUIPE RESPONSÁVEL

Comissão Gestora do PLS

Hugo Pereira Filho - DIGER (Presidente)
Benedito Sérgio Monte Silva Coelho - SAD
José Romaico de Carvalho - ASPEG
Letícia Passos Priante - NSA
Lenina Beserra Coelho Canamary - NSC
Luciana Regina Cajaseiras de Gusmão - SAREN
Raquel Cordeiro Gadelha Santos - SANAP

Análise de Dados

Alex Barros Azevedo Bomfim - NES

Apoio Estratégico

Francisco Telésforo Celestino Júnior - NTG

Diagramação

Nagila Maria de Melo Angelim - SEDIT
Francisco Marcondes Paiva Barros - SEDIT



SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO PARÁ

SUMÁRIO

Apresentação	8
O PLS e a Agenda 2030 da ONU	14
Desempenho conforme os indicadores e metas para 2022	15
Variáveis gerais e os temas do PLS.....	16
Força de Trabalho e Área Total Construída.....	16
1 – Papel	17
2 – Copos Descartáveis.....	20
3 – Água envasada em embalagem plástica	22
4 – IMPRESSÃO	24
5 – Energia Elétrica	26
6 – Água e Esgoto	28
7 – Gestão de Resíduos	30
8 – Obras e Reformas	33
9 – Limpeza	35
10 – Vigilância.....	37
11 – Telefonia.....	39
12 – Veículos	41
13 – Combustível	44
14 – Apoio Administrativo.....	46
15 – Aquisições e Contratações.....	48
16 – Qualidade de Vida	50
17 – Capacitação em Sustentabilidade.....	52
Considerações Finais.....	54

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral do Ceará – PLS-JE/CE 2021-2026 (Portaria nº 784/2021) é o instrumento que visa promover e consolidar a sustentabilidade como valor institucional.

Parte da Estratégia do TRE-CE, o PLS foi elaborado com base nos macrodesafios do Poder Judiciário aplicáveis à Justiça Eleitoral (Promoção da Sustentabilidade nos processos internos), no Planejamento Estratégico 2021-2026 (Resolução nº 793/2020) e na Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, prevista na Resolução CNJ nº 400/2021. Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) constituem outra importante referência na constituição do documento.

Ferramenta de planejamento fundamental para a institucionalização de práticas sustentáveis, o PLS apresenta um conjunto de indicadores e metas com foco na racionalização dos gastos, redução do consumo, promoção do equilíbrio e do bem-estar no ambiente de trabalho, busca da acessibilidade e da inclusão social, bem como respeito à variedade e à convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho. Ademais, estabelece ainda os necessários mecanismos de monitoramento e de avaliação, com base nos quais será possível fazer o devido acompanhamento periódico dos resultados por todo o ciclo para o qual foi pensado, permitindo, quando necessário, intervenções.

O presente relatório apresenta os resultados alcançados no ano de 2022, segundo ano do ciclo 2021-2026, a partir da evolução do desempenho dos indicadores mínimos, definidos no Anexo da Resolução CNJ nº



SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

400/2021, da identificação das novas práticas de sustentabilidade implementadas no âmbito das unidades envolvidas, bem como da expansão e do aprimoramento de outras já adotadas que afetem as relações das pessoas com seus hábitos de consumo e com o meio ambiente.

O desempenho dos indicadores foi avaliado a partir das informações prestadas periodicamente pelas unidades responsáveis ao Núcleo de Sustentabilidade, que também tem a atribuição de consigná-las no Sistema PLS-Jud, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Não somente por haver sido um ano de eleições gerais, 2022 trouxe desafios e novidades, consolidadas neste relatório junto com as informações e registros mais relevantes relativos ao desenvolvimento do PLS 2022, visando cumprir o propósito fundamental de dar publicidade ao esforço do TRE-CE para atuar com responsabilidade e de tornar transparente o seu empenho em aplicar com eficiência os recursos públicos que lhe cabem.

IDENTIDADE VISUAL DA SUSTENTABILIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

A pedido da Comissão Gestora do PLS, em 2022 a Seção de Editoração e Publicações – SEDIT elaborou a identidade visual da Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Ceará, refletindo e comunicando seus valores para nossa



SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

instituição. Nela se destacam as cores primárias dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030 da ONU), a forma integrada e multirrelacionada dos pilares da sustentabilidade adotados pela Justiça Eleitoral do Ceará e os símbolos para cada um, individualmente, com ilustrações de carnaúbas para representar o pilar ambiental, as pessoas em suas diversas expressões para o pilar social, a moeda para o pilar econômico e o cordel para o pilar cultural:



SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

#PraTodoMundoVer

Logo em formato de flor com quatro pétalas interconectadas. A pétala superior, de cor verde, tem figuras de carnaúbas em branco, representando o pilar ambiental. A pétala direita, de cor azul, contém a figura de quatro pessoas diferentes, em branco, representando o pilar social. A pétala esquerda, de cor vermelha, tem a figura de um fio com folhas de cordéis penduradas, em branco, representando o pilar cultural. A pétala inferior, de cor amarela, tem a figura de uma moeda, em branco, representando o pilar econômico. Abaixo da flor, o nome Sustentabilidade, em caixa alta e em preto. Em seguida, o termo: Justiça Eleitoral do Ceará, em caixa alta e na cor cinza.

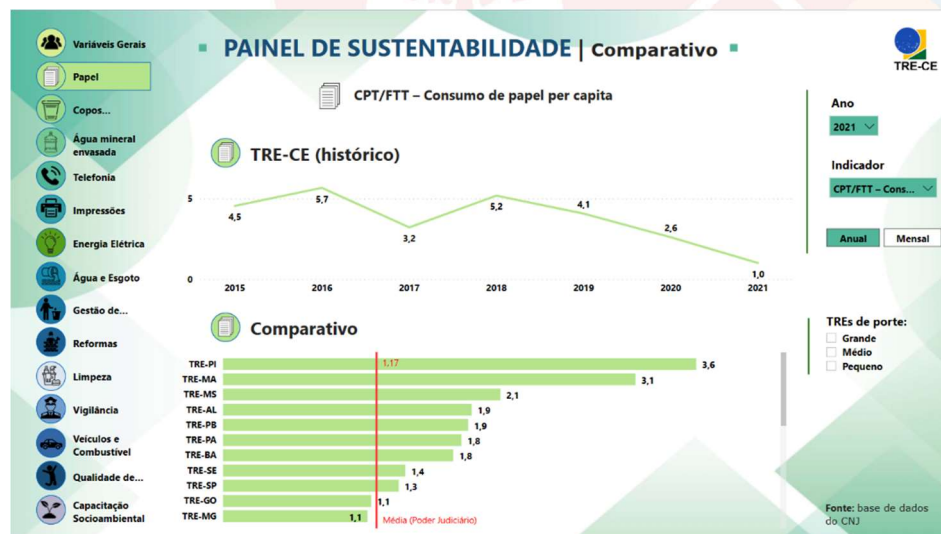
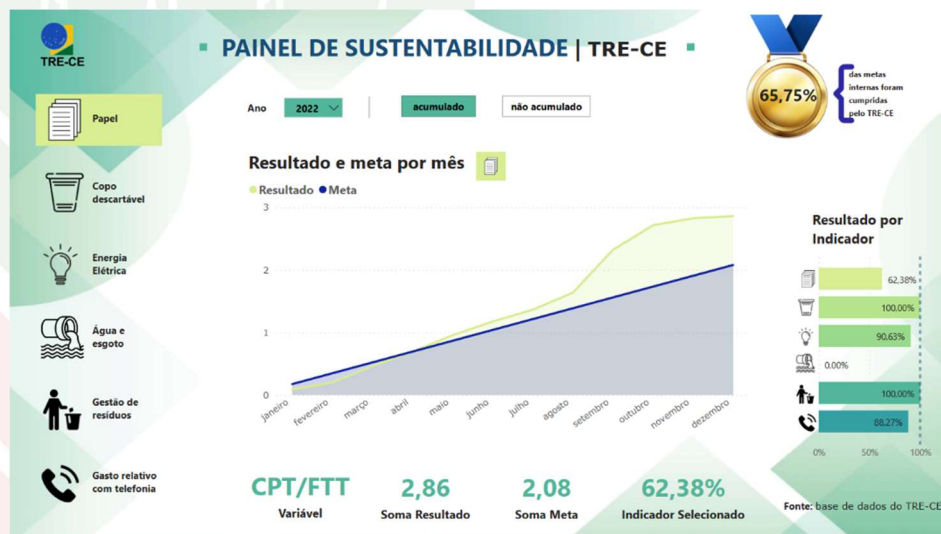


SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

ÍNDICE DE DESEMPENHO DA SUSTENTABILIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ – IDS E PAINÉIS DE *BUSINESS INTELLIGENCE* - BI

Alinhado com o Índice de Desempenho da Sustentabilidade do Poder Judiciário – IDS (quando possível), o Núcleo de Estatística – NES desenvolveu o Índice de Desempenho da Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Ceará – IDS. A partir dele e em parceria com o Núcleo de Tecnologias Gerenciais – NTG, foram desenvolvidos dois [painéis de business intelligence - BI](#): um para acompanhamento dos resultados mensais a partir



#PraTodoMundoVer

Imagens contendo as telas dos painéis de Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Ceará.



das metas estabelecidas no PLS – JECE 2021-2026 e [outro](#) contendo dados comparativos com outros regionais e alinhados com os indicadores do PLS e com as variáveis que historicamente têm composto o IDS. Para além da transparência, ambos têm se revelado como ferramentas fundamentais para a tomada de decisão da Administração sobre os temas relativos à sustentabilidade.

O padrão estabelecido para o IDS da Justiça Eleitoral do Ceará é sempre atingir 100% (cem por cento), o que significa cumprir todas as metas anuais das variáveis que o compõem: papel, copos descartáveis, energia, água e esgoto e telefonia. Em 2022, contudo, o IDS obtido foi de 65,75% (sessenta e cinco vírgula setenta e cinco por cento), em razão do aumento do consumo de papel nas eleições, diretamente afetado pelas demandas de impressão do TSE e da lei eleitoral, e do expressivo aumento no consumo de água e esgoto. O consumo de energia elétrica também excedeu a meta nos últimos meses do ano.

INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL

O consumo de energia elétrica e de água e esgoto são muito impactados pela estrutura predial dos órgãos públicos, havendo sido esperado, portanto, que a mudança para a nova sede do Tribunal aumentasse significativamente o resultado desses indicadores de consumo, à vista do expressivo aumento da área construída, da força de trabalho e da demanda por serviços de manutenção predial, como rega de jardins, tratamento de água e esgoto, automação de sistemas, climatização de espaços e outros.



SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

A dificuldade de se estabelecerem metas revela-se evidente à vista da ausência de um histórico de consumo, que somente passará a ser formado a partir de 2023, ano que transcorrerá integralmente nas novas instalações. Enquanto isso, a análise comparativa com outros regionais se mostrará ainda mais relevante para o ajuste de metas adequadas à nova realidade predial, a ocorrer quando da revisão do PLS no primeiro semestre de 2023.



#PraTodoMundoVer

Foto da nova sede do TRE-CE. Na frente, um gramado. Ao centro e à direita, o prédio da nova sede, exibindo o nome Tribunal Regional Eleitoral do Ceará na fachada, em caixa alta. Ao fundo e mais à esquerda, três prédios residenciais e, acima, o céu azul num dia ensolarado com nuvens esparsas.



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

O PLS E A AGENDA 2030 DA ONU

Reconhecendo-se como fundamental agente nacional e internacional para fomento da sustentabilidade, o Poder Judiciário institucionalizou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS)¹, que consiste em um plano de ações para pessoas, governos, empresas, academia e sociedade que busca fortalecer a paz mundial, dividido em dezessete objetivos integrados e indivisíveis, para que cada país busque erradicar a pobreza e promover uma vida digna para todos, considerando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental². Seguindo esse movimento, o PLS – JE/CE 2021-2026 também se alinhou aos ODS.



#PraTodoMundoVer.

Imagem contendo 18 pictogramas, sendo 17 para representar cada um dos ODS e o último para o pictograma da ONU.

¹ (BRASIL, Resolução n. 325, de 29 de junho de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, 2020)

² ([Agenda 2030 - Portal CNJ](#))



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

DESEMPENHO CONFORME OS INDICADORES E METAS PARA 2022

A seguir, os resultados obtidos a partir das metas propostas para o PLS 2022, segmentados por cada um dos indicadores mínimos relacionados na Resolução CNJ nº 400/2021. Em destaque, prevaleceram os resultados analisados a partir das variáveis constantes do último IDS divulgado, presente no 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário³.

Os resultados do PLS de todos os tribunais eleitorais variam a depender de se referirem a anos eleitorais ou não eleitorais, em face da atuação específica da Justiça Eleitoral em relação aos demais ramos do Poder Judiciário. As metas estabelecidas, portanto, sempre levam esse fato em consideração quando for relevante.

Conforme já dito na apresentação deste relatório, muitos resultados sofreram variações consideráveis em razão da mudança para a nova sede do Tribunal.

³ [Balanço da Sustentabilidade - Portal CNJ](#)



VARIÁVEIS GERAIS E OS TEMAS DO PLS

FORÇA DE TRABALHO E ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA

Algumas variáveis do PLS são compostas por indicadores de força de trabalho ou área construída, conjugadas com indicadores de temas diversos.

TABELA

Série Histórica | Força de Trabalho Total e Área Total

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Força de Trabalho Total*	1.885	1.753	1.729	1.484	1.547	1.363	1.380	1540
Área Total (m²)**	35.436	35.143	35.908	35.908	38.400	38.720	38.805	73.822

* Força de trabalho total inclui magistradas(os), servidoras(es), terceirizadas(os) e estagiárias(os).

** Área total abrange áreas construídas e áreas externas de todos os prédios utilizados pelas unidades integrantes da estrutura da Justiça Eleitoral do Ceará.



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

1 - PAPEL

OBJETIVO

Racionalizar o consumo de papel na Justiça Eleitoral do Ceará.

META PARA 2022

Reduzir em 20% o consumo total de papel em relação a 2020 (máximo de 2836 resmas).

UNIDADE GESTORA

SEALX

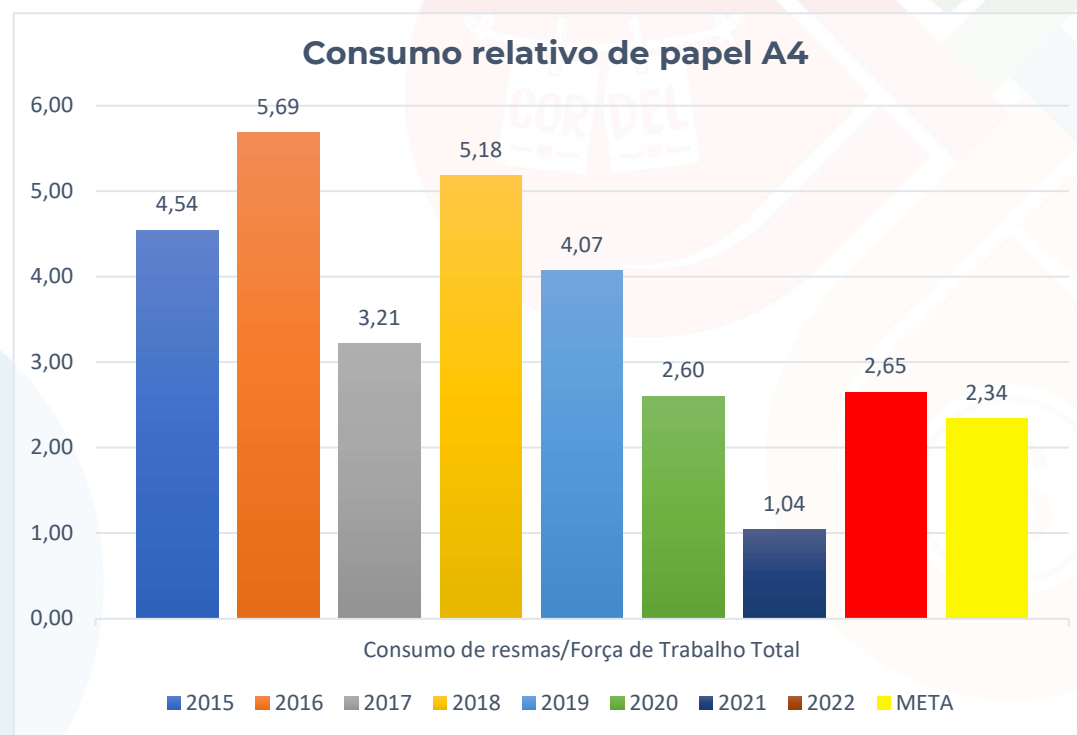


**META NÃO
ALCANÇADA**

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

Em 2022, foi editada a Portaria nº 573/2022, que trouxe limites de consumo de papel A4 e de copos descartáveis. A norma, contudo, não previu algumas imposições de impressão do TSE e da lei eleitoral para os cartórios eleitorais, que afetaram diretamente os resultados.

Qualquer ordem de impressão de uma única folha por seção eleitoral impacta os indicadores de consumo de papel de maneira exponencial. Como exemplo, cite-se a determinação das sinalizações para os eleitores deixarem os celulares afastados das urnas eletrônicas ou mesmo a impressão das listas de candidatos para o interior. Nesse sentido, embora existam ajustes finos e ainda permaneça





SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

a demanda por um melhor controle das impressões de todas as unidades via contratação de *software* de gerenciamento de impressão, considera-se que a perspectiva do consumo de papel deverá diminuir a contento também se o TSE, ao tratar sobre as atividades dos cartórios, levar esse aspecto em consideração em seus próximos normativos.

Para além dessa observação, ressalte-se que as próximas portarias de regulamentação de consumo de papel A4 e de copos descartáveis deverão considerar as particularidades das zonas eleitorais mediante acerto direto com as unidades impactadas.



TABELA

Série Histórica | Tema 1 - Papel

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1.1 CPP - Consumo de Papel Próprio (reciclado e não reciclado)	resmas	8566	9928	5473	7619	6286	3538	1436	4082
1.2 GPP - Gasto com papel próprio (reciclado e não reciclado)	reais	R\$ 110.650,00	R\$ 28.060,00	R\$ 135.450,00	R\$ 149.000,00	R\$ 30.840,00	R\$ 74.460,00	R\$ 14.100,00	R\$ 34.000,00
1.3 CPC - Consumo de papel contratado	resmas	-	44	85	72	11	7	0	2
1.4 Consumo total	resmas	8566	9972	5558	7691	6297	3545	1436	4084
1.5 Consumo Relativo (Consumo total/Força de trabalho total)	resmas/pessoa	4,54	5,69	3,21	5,18	4,07	2,60	1,04	2,65



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

2 – COPOS DESCARTÁVEIS

OBJETIVO

Racionalizar o consumo de copos descartáveis na Justiça Eleitoral do Ceará.

META PARA 2022

Reduzir em 67% o consumo total de copos descartáveis em relação a 2020 (Total de 1920 centos)

UNIDADE GESTORA

SEALX



**META
ALCANÇADA**

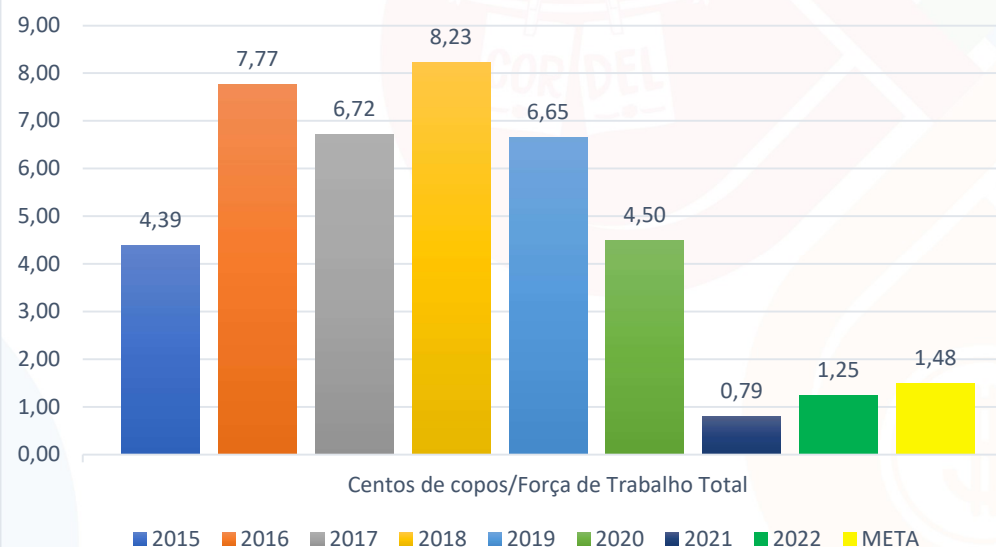
COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

Em 2022, foi editada a Portaria nº 573/2022, que trouxe limites de consumo de papel A4 e de copos descartáveis. Os limites de consumo não foram debatidos diretamente com as zonas eleitorais mas, a despeito da insatisfação das unidades, a meta foi cumprida.

Ao final do ano, o Diretor-Geral determinou que adquirirá apenas copos descartáveis biodegradáveis, uma vez que estes não impactam negativamente os indicadores de resultado do PLS do CNJ.

A determinação representará um desafio para a Administração, visando equilibrar o custo de aquisição com a minoração do impacto ambiental representado pela medida.

Consumo relativo de copos descartáveis





TABELA

Série Histórica | Tema 2 - Copos Descartáveis

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
2.1 CC - Consumo de copos descartáveis	centos	14009	8280	13616	11622	12213	10289	6133	1096	1920
2.2 GC - Gasto com copos descartáveis	reais	R\$ 26.970,00	R\$ 18.840,00	R\$ 24.030,00	R\$ 29.100,00	R\$ 9.008,00	R\$ 26.350,00	R\$ 5.350,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Consumo Relativo (Consumo total/Força de trabalho total)	centos/pessoa	-	4,39	7,77	6,72	8,23	6,65	4,50	0,79	1,25



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

OBJETIVO

Racionalizar o consumo e os gastos com água envasada na Justiça Eleitoral do Ceará.

META PARA 2022

Atender 60% dos cartórios eleitorais com água para consumo da força de trabalho.

UNIDADE GESTORA

SAPRE



**META NÃO
ALCANÇADA**

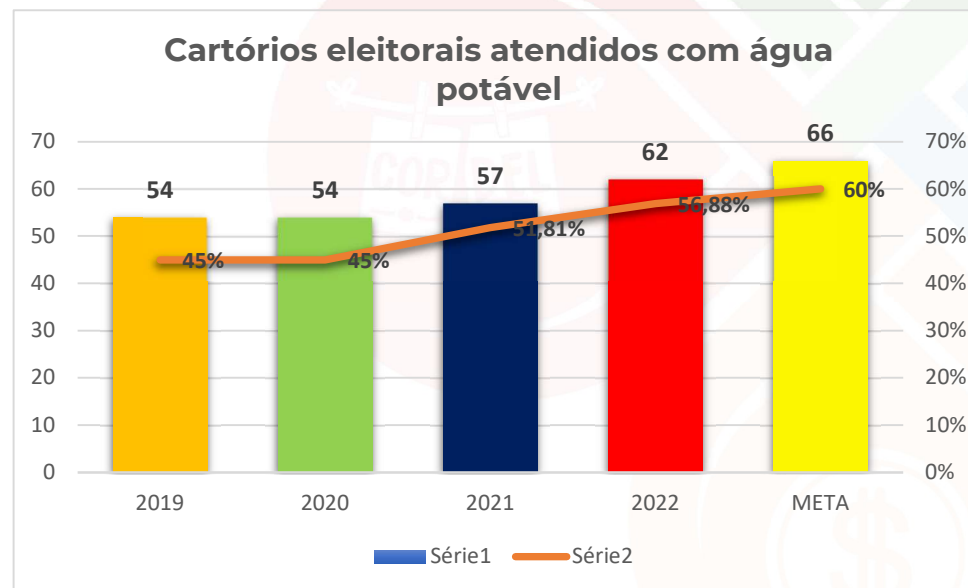
COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

A aquisição de água em embalagens plásticas descartáveis nunca integrou a realidade do TRE-CE.

Sobre o consumo de água potável, nem todas as unidades da Administração (no caso específico, os cartórios eleitorais) são providas com água para consumo da força de trabalho, seja por meio de embalagens retornáveis ou de filtros de água.

À vista da capilaridade da Justiça Eleitoral e das diferentes realidades locais, o desafio que tem sido enfrentado é o atendimento pleno a essa demanda até 2026. Não obstante o esforço da área técnica, a meta não foi atendida por pouco.

Sobre o consumo de embalagens retornáveis, existia a perspectiva de que a nova sede de imediato fornecesse água filtrada para consumo da força de trabalho no lugar de garraões de água mineral, mas a medida foi postergada para 2023. Assim, pelo que se verifica na série histórica, o consumo total aproximou-se de anos passados não pandêmicos.





TABELA

Série Histórica | Tema 3 - Água envasada em embalagem plástica

	QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2018	2019	2020	2021	2022
3.1	CED-Consumo de embalagens descartáveis	unidade	0	0	0	0	0
3.2	CER- Consumo de embalagens retornáveis para	unidade	7015	7094	4165	3090	6694
3.3	GAED - Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	reais	R\$0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.4	GAER- Gasto com água mineral em embalagens	reais	R\$ 35.075,00	R\$ 31.497,36	R\$ 20.383,90	R\$ 12.009,20	R\$ 33.038,04
3.5	Cartórios Eleitorais atendidos com água para consumo da força de trabalho	unidade	-	54	54	57	62
3.6	Percentual de Cartórios Eleitorais atendidos com água para consumo da força de trabalho	percentual	-	45%	45%	51,81%	56,88%



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

4 - IMPRESSÃO

OBJETIVO

Buscar maior eficiência na gestão das impressões na Justiça Eleitoral do Ceará

META PARA 2022

Manter a quantidade de impressoras per capita em 0,25

UNIDADE GESTORA

SEQUI



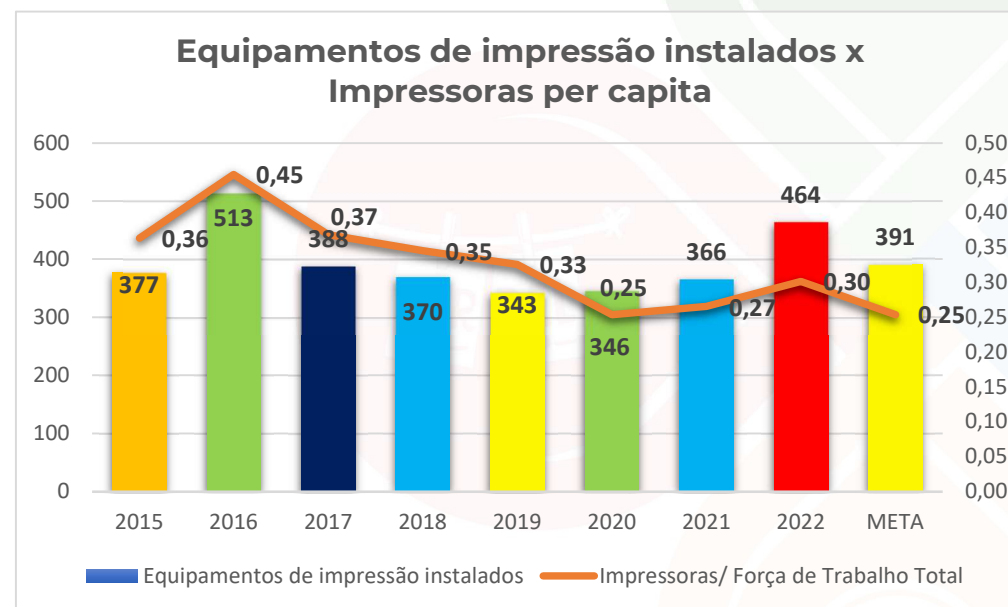
**META NÃO
ALCANÇADA**

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

A mudança para a nova sede representou uma boa oportunidade para racionalizar a quantidade de impressoras disponíveis no prédio da Secretaria. Já para os cartórios eleitorais, verifica-se que o patamar ótimo a ser alcançado é a quantidade de dois aparelhos para cada um. Ocorre que ainda existem impressoras matriciais em uso mas em progressiva desmobilização, o que prejudicou o resultado alcançado. Ressalte-se que esses equipamentos são considerados como extras no cômputo individualizado dessas unidades.

Tratando-se da nova sede, os espaços do prédio parecem permitir a instalação de ilhas de impressão nos andares, o que ainda não foi enfrentado pelas áreas técnicas.

Intregada com a análise de viabilidade de instalação das ilhas de impressão, deve-se também apreciar a contratação do serviço de *outsourcing* e a escolha do *software* de gerenciamento de impressão que vincule aos usuários.





TABELA

Série Histórica | Tema 4 - Impressão

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
4.1 QI- Quantidade de impressões	unidade	não apurado	não apurado	não apurado	1.710.624	736455 *apurado parcialmente	não apurado	973.973	645.626
4.2 QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	unidade	377	513	388	370	343	346	366	464
4.3 QIP - Quantidade de impressões per capita	impressões/pessoa	não apurado	não apurado	não apurado	1.153	476 *apurado parcialmente	não apurado	706	419
4.4 GCI - Gasto com contratos de terceirização de impressão	reais	R\$ 4.314,43	R\$ 6.151,66	R\$ 5.631,99	R\$ 15.525,98	R\$ 5.919,42	R\$ 3.835,81	R\$ 0,00	R\$ 10.515,97
4.5 Impressoras per capita	unidade/pessoa	0,36	0,45	0,37	0,35	0,33	0,25	0,27	0,30



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

5 – ENERGIA ELÉTRICA

OBJETIVO

Buscar maior eficiência no consumo e no gasto de energia elétrica na Justiça Eleitoral do Ceará

META PARA 2022

Manter o consumo de energia elétrica per capita de 2020

UNIDADE GESTORA

SAREN e SAPRE



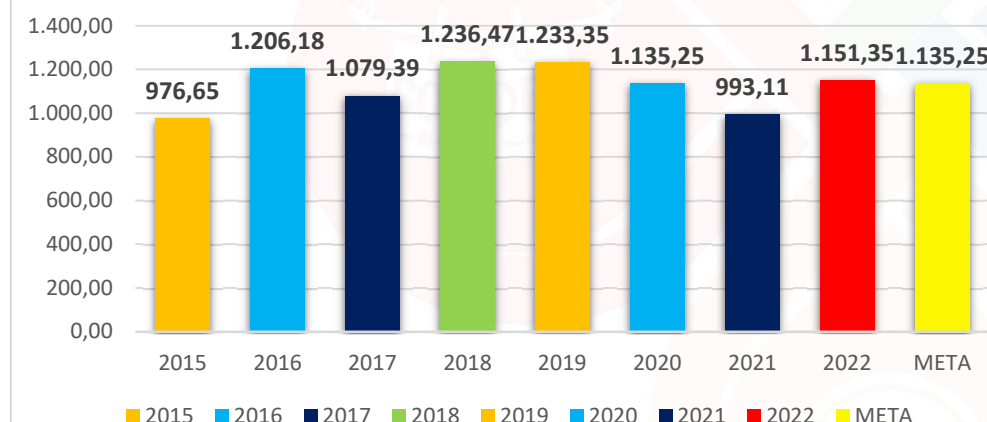
**META NÃO
ALCANÇADA**

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

Pelo gráfico ao lado, verifica-se que por pouco a meta não foi atingida. Não obstante, a avaliação do aumento do consumo deve considerar os últimos meses de 2022, que apresentaram expressivo aumento, tanto por causa dos trabalhos de eleição, quanto pela mudança para a nova sede, que trouxe novas demandas, como sistema de automação e aumento expressivo de área sujeita a climatização.

Quanto ao uso de energia oriunda de fonte alternativa, embora não traga impactos diretos para o consumo, em 2022 foram instaladas algumas usinas e o parque fotovoltaico aumentou um pouco. Ressalte-se que existem estudos para atender à toda demanda de energia da Justiça Eleitoral do Ceará por meio da instalação de uma usina fotovoltaica centralizada, a exemplo do realizado pelo TRE-PR.

**Consumo de energia elétrica per capita
(kWh/ Força de Trabalho Total)**





TABELA

Série Histórica | Tema 5 – Energia Elétrica

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022
5.1 CEE - Consumo de energia elétrica	kWh	1.866.269,00	1.834.921,69	1.907.993,46	1.547.345,29	1.370.485,00	1.773.082,14
5.2 CRE - Consumo de energia elétrica por m²	kWh/m²	51,97	51,10	49,69	39,96	35,32	24,02
Consumo de energia elétrica per capita	kWh/pessoa	1.079,39	1.236,47	1.233,35	1.135,25	993,11	1.151,35
5.3 GEE – Gasto com energia elétrica	reais	R\$ 1.178.632,00	R\$ 1.021.339,00	R\$ 1.315.300,00	R\$ 1.052.284,00	R\$ 989.921,31	R\$ 1.432.464,21
5.4 GRE - Gasto com energia elétrica por m²	reais/m²	R\$ 32,82	R\$ 28,44	R\$ 34,25	R\$ 27,18	R\$ 25,51	R\$ 19,40
5.5 Uso de Energia Alternativa	não	não	não	não	sim, parcialmente	sim, parcialmente	sim, parcialmente
5.6 Negociação Tarifária	não	não	sim	sim	sim	sim	sim



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

6 – ÁGUA E ESGOTO

OBJETIVO

Buscar maior eficiência no consumo e no gasto de água e esgoto da Justiça Eleitoral do Ceará

META PARA 2022

Manter o consumo de água e esgoto per capita de 2020.

UNIDADE GESTORA

SAPRE



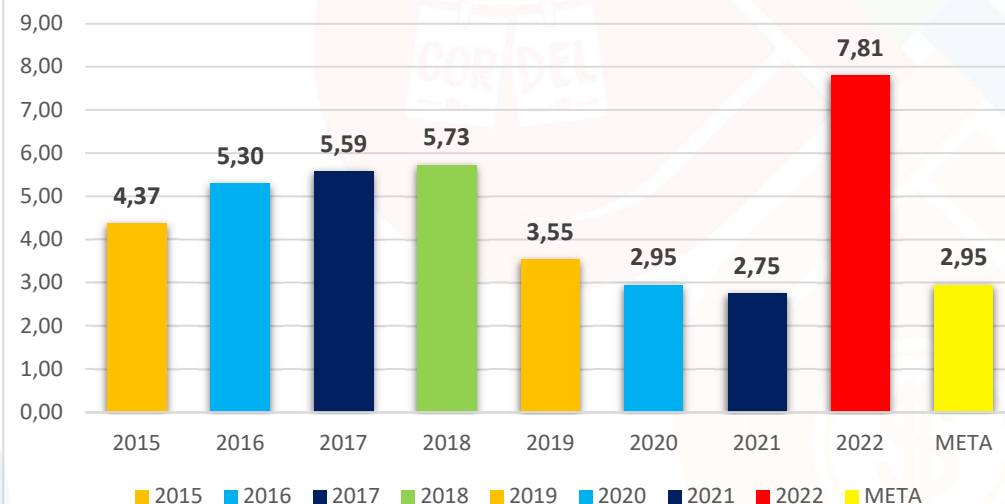
**META NÃO
ALCANÇADA**

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

As metas para o consumo de água e esgoto foram estabelecidas em conformidade com os resultados de 2020, quando o Tribunal ainda se encontrava instalado em outro prédio. À época, não havia como se estimar o consumo real em razão da completa mudança de estrutura predial, com demandas diversas, tais como necessidade de rega de ampla área de jardim e disponibilidade de sistema de reúso de água.

Mesmo assim, a área técnica já iniciou providências para a instalação de poços profundos para mitigar o expressivo aumento da demanda.

**Consumo água e esgoto per capita
(m³/ Força de Trabalho Total)**





TABELA

Série Histórica | Tema 6 – Água e Esgoto

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022
6.1 CA - Consumo de água (m ³)	m ³	9.661,00	8.506,00	5.489,00	4.022,00	3.798,00	12.023,00
6.2 CRA - Consumo de água por m ²	m ³ /m ²	0,27	0,24	0,14	0,10	0,10	0,16
Consumo de água e esgoto per capita	m ³ /pessoa	5,59	5,73	3,55	2,95	2,75	7,81
6.3 GA- Gasto com água	reais	R\$ 105.454,00	R\$ 81.498,00	R\$ 77.475,00	R\$ 76.866,00	R\$ 84.142,86	R\$ 212.667,59
6.4 GRA- Gasto com água por m ²	reais/m ²	2,94	2,27	2,02	1,99	2,17	2,88
Custo médio do m ³	reais	R\$ 10,92	R\$ 9,58	R\$ 14,11	R\$ 19,11	R\$ 22,15	R\$ 17,69



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

7 – GESTÃO DE RESÍDUOS

OBJETIVO

Estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta na Justiça Eleitoral do Ceará

META PARA 2022

Aumentar em 5% o patamar de destinação de resíduos para reciclagem de 2020.

UNIDADE GESTORA

SAPRE



META NÃO ALCANÇADA

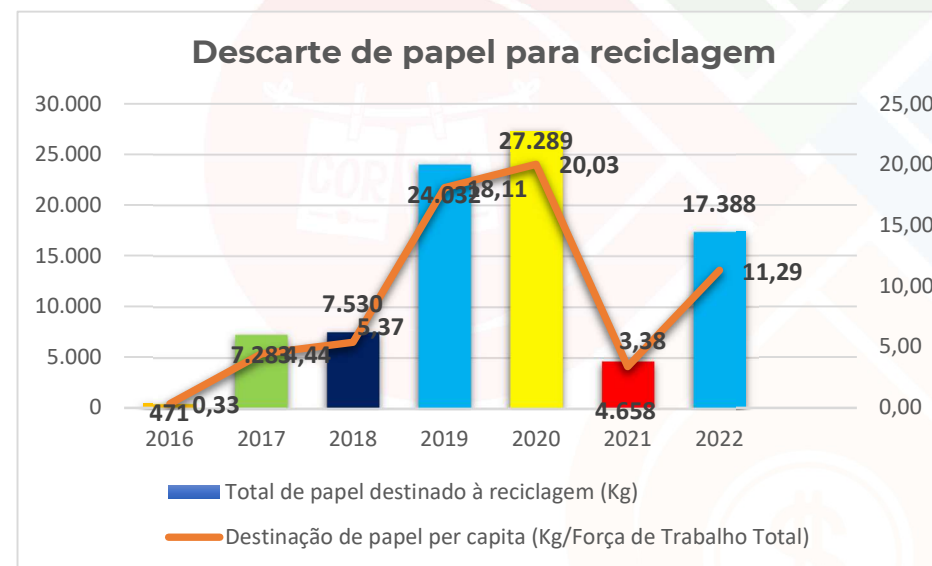
COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

O descarte sustentável de documentos dos cartórios eleitorais em 2022 aconteceu em escala bem inferior aos últimos anos, impactando negativamente o resultado.

A implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Justiça Eleitoral do Ceará – PGRS ainda se encontra pendente, devendo as tratativas ser iniciadas em 2023. A mudança de prédio possibilitará avanços na gestão de resíduos, especialmente por permitir a plena conformidade com as normas ambientais.

Sobre esse assunto, importa frisar que o TSE implantou um indicador novo de descarte de papel A4 pelos cartórios eleitorais. Sobre isso, não se obteve resultado expressivo, mas a iniciativa representou importante avanço para a padronização de diretrizes de gestão de resíduos para a Justiça Eleitoral como um todo.

Sobre os resíduos de obras e reformas, embora sejam contabilizados, a engenharia tem informado sobre a extrema dificuldade em assegurar sua destinação ambientalmente correta, especialmente no interior do Estado, onde não existem locais apropriados para tanto.





TABELAS

Série Histórica | Tema 7 – Gestão de Resíduos

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022
7.1 Dpa - Destinação de resíduos de papel	kg	7.283	7.530	24.032	27.289	4.658	17.388
7.2 DPI - Destinação de resíduos de plásticos	kg	282	329	159	10	12	309
7.3 Dmt - Destinação de resíduos de metais	kg	79	58	51	0	0	2
7.4 Dvd - Destinação de resíduos de vidros	kg	26	54	47	0	0	6
7.5 CGe-Coleta geral	kg	0	0	3.720	0	0	1.881
7.6 TMR - Total de materiais destinados à reciclagem	kg	7.670	7.971	28.009	27.299	4.670	19.586
7.7 DEI - Destinação de resíduos eletroeletrônicos	kg	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116,70



TABELA

Série Histórica | Tema 7 – Gestão de Resíduos (cont.)

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
7.8 DImp - Destinação de resíduos de suprimentos de impressão	un	0,00	0,00	200,00	270,00	0,00	0,00	0,00
7.9 DPB - Destinação de resíduos de pilhas e baterias	kg	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	49,10
7.10 DLp - Destinação de resíduos de lâmpadas	un	0	0	0	1.850	0	0	622
7.11 DRS - Destinação de resíduos de saúde	litros	320,00	960,00	892,00	960,00	320,00	342,40	345,40
7.12 DOB - Destinação de resíduos de obras e reformas	kg	-	-	-	161.200	163.800	19.448	97.253
7.13 Destinação de material para reciclagem em relação à força de trabalho total	kg/pessoa	0,33	4,44	5,37	18,11	20,03	3,38	11,29



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

8 – OBRAS E REFORMAS

OBJETIVO

Monitorar gastos relacionados a obras e reformas para verificação de sua real necessidade.

UNIDADE GESTORA

SAREN



OBRA EM CURSO EM 2022:

Nova Sede do Tribunal (ainda não houve o recebimento definitivo da obra pelo TRE-CE)

REFORMAS CONCLUÍDAS EM 2022:

Sobral - Coberta
Sede centro - Estante para garrações
Icó - Adequações para mudança
Cascavel - Adequações para mudança
Acoiara - Adequações para mudança
Fórum Fortaleza - Reforço estrutural
Ibiapina - Manutenção predial
Sede centro – Climatização
Quixadá - Recuperação estrutural e impermeabilização
Caucaia - Corrimãos 37ª ZE
Caucaia - Reforma 120ª ZE

Fórum Fortaleza - Projeto de combate a incêndio (PAD 12648/2021)

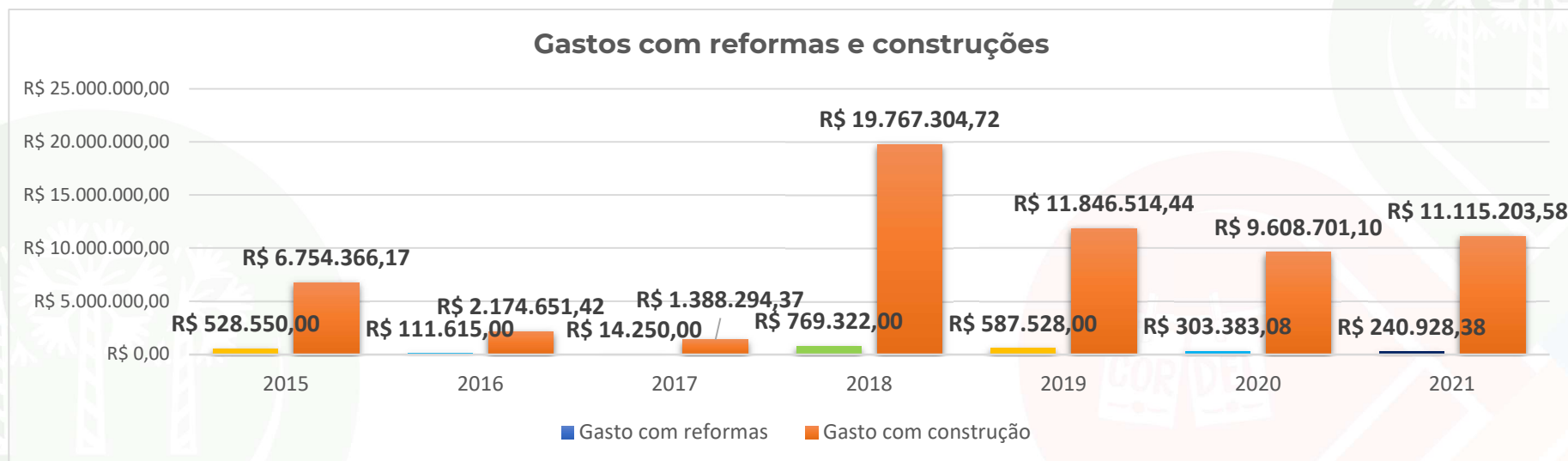
REFORMAS INICIADAS EM 2022, MAS AINDA NÃO CONCLUÍDAS:

Juazeiro - Reforço estrutural
Juazeiro - Coberta, fachadas e acessibilidade
Crato - Pintura interna e acessibilidade
Crateús - Manutenção e acessibilidade
Uruburetama – Escoramento
Juazeiro - Piso e pintura
Sede centro - Projeto de reforma cartórios



SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ



TABELA

Série Histórica | Tema 8 - Reformas e construções

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
8.1	reais	R\$ 528.550,00	R\$ 111.615,00	R\$ 14.250,00	R\$ 769.322,00	R\$ 587.528,00	R\$ 303.383,08	R\$ 240.928,38
8.2	reais	R\$ 6.754.366,17	R\$ 2.174.651,42	R\$ 1.388.294,37	R\$ 19.767.304,72	R\$ 11.846.514,44	R\$ 9.608.701,10	R\$ 11.115.203,58



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

9 – LIMPEZA

OBJETIVO

Buscar maior eficiência no gasto com limpeza na Justiça Eleitoral do Ceará

META PARA 2022

Manter o gasto total com contratos de limpeza em relação à área contratada, adotando-se como referência o ano de 2020 atualizado pelo IPCA

UNIDADE GESTORA

NCT



**META
ALCANÇADA**

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

Dois fatores relevantes impactaram o resultado desse indicador. O primeiro refere-se à mudança para a nova sede do Tribunal, que tanto aumentou drasticamente a área construída quanto trouxe demandas diferentes por serviços antes não contratados, como limpeza de fachada e jardinagem.

O segundo fator refere-se ao movimento de finalmente instalarem-se os cartórios eleitorais em prédios próprios, aumentando a área total construída da Justiça Eleitoral, mas também onerando o custo com limpeza. Os gastos absolutos com limpeza (atualizados pelo IPCA acumulado de 2020) são 2,43 mais altos do que em 2020, por outro lado, a área total construída aumentou em 2,55. Por esse motivo, pode-se concluir que a meta de gasto por m² foi alcançada.





TABELA

Série Histórica | Tema 9 - Limpeza

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
9.1 GLB - Gastos com contratos de limpeza no período-base	reais	R\$ 1.084.384,00	R\$ 1.127.846,00	R\$ 1.048.802,00	R\$ 1.124.323,00	R\$ 1.112.936,00	R\$ 1.130.202,33	R\$ 3.285.764,28
9.2 m² Cont - Área contratada	m²	28.090	28.090	28.090	13.451	28.962	28.962	73.822
9.3 GRIL- Gasto com contratos limpeza por m²	reais/m²	R\$ 38,60	R\$ 40,15	R\$ 37,34	R\$ 83,59	R\$ 38,43	R\$ 39,02	R\$ 44,51
9.4 GML - Gasto com material de limpeza	reais	R\$ 205.477,00	R\$ 259.439,00	R\$ 311.679,00	R\$ 187.450,00	R\$ 280.061,00	R\$ 45.699,80	R\$ 759.668,40



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

10 – VIGILÂNCIA

OBJETIVO

Monitorar os gastos relacionados aos serviços de vigilância na Justiça Eleitoral do Ceará

META PARA 2022

Manter o gasto total com contratos de vigilância por m² (armada, desarmada e eletrônica), adotando-se como referência o ano de 2020 atualizado pelo IPCA

UNIDADE GESTORA

NCT



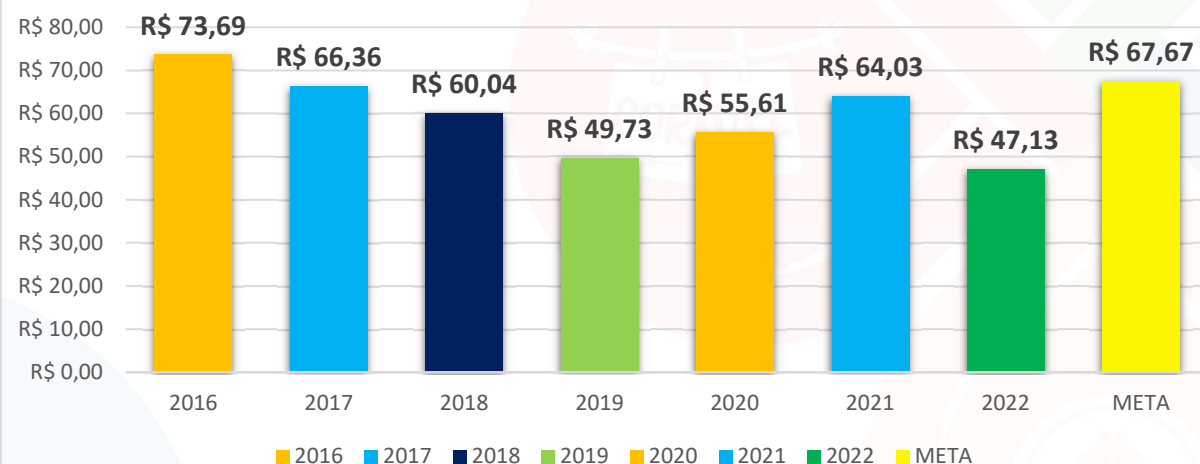
**META
ALCANÇADA**

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

Dois fatores relevantes impactaram o resultado desse indicador. O primeiro refere-se à mudança para a nova sede do Tribunal, que aumentou drasticamente a área construída e, por consequência, aumentou a demanda por postos de vigilância.

O segundo fator refere-se ao movimento de finalmente instalarem-se os cartórios eleitorais em prédios próprios, aumentando a área total construída da Justiça Eleitoral, mas também onerando o custo com vigilância.

Gasto com contrato de vigilância por m²





SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

TABELA

Série Histórica | Tema 10 – Vigilância

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022
10.1 GV - Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	reais	R\$ 2.382.914,00	R\$ 2.155.948,00	R\$ 1.909.673,00	R\$ 2.153.136,00	R\$ 2.470.529,53	R\$ 3.394.510,26
10.2 QPV - Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada	pessoas	60	44	52	56	55	62
10.3 GRV - Gasto médio com contrato de vigilância armada e desarmada	reais/pessoa	R\$ 39.715,23	R\$ 48.998,82	R\$ 36.724,48	R\$ 38.448,86	R\$ 44.918,72	R\$ 54.750,17
10.4 GVe - Gasto com contrato de vigilância eletrônica	reais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.153,80	R\$ 84.705,64
10.5 Gasto total com vigilância por m²	reais/m²	R\$ 66,36	R\$ 60,04	R\$ 49,73	R\$ 55,61	R\$ 64,03	R\$ 47,13



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

11 – TELEFONIA

OBJETIVO

Monitorar os gastos relacionados aos serviços de vigilância na Justiça Eleitoral do Ceará

META PARA 2022

Não ultrapassar o gasto com telefonia fixa e móvel em relação à quantidade de linhas fixas e móveis, de acordo com o limite de R\$250,00 + atualização pelo IST acumulado a partir de 2020. (consultar site <https://www.teleco.com.br/tarifafixo2.asp>)

UNIDADE GESTORA

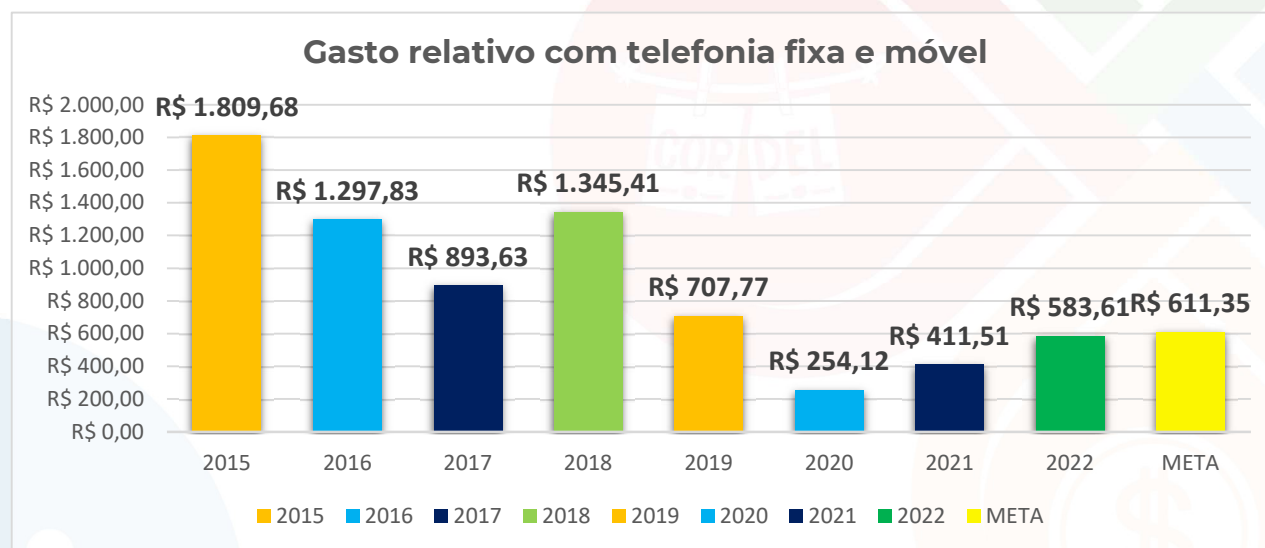
COGEI

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

A pandemia pela COVID-19 trouxe a necessidade de melhoria da comunicação com o eleitorado. Por esse motivo, as zonas eleitorais implantaram o atendimento remoto (via *Whatsapp*) e tiveram disponíveis para si uma linha telefônica móvel. Essa contratação aumentou significativamente o gasto com telefonia e até inverteu o impacto dos custos, pois a telefonia móvel passou a ser mais onerosa do que a fixa. Não obstante, percebe-se que as linhas móveis em cada cartório eleitoral representam um benefício para o atendimento à população, demonstrando que a medida veio em ótima hora e em caráter permanente.



**META
ALCANÇADA**





SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

TABELA

Série Histórica | Tema 11 - Telefonia

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
11. 1 GTf - Gasto com telefonia fixa	reais	R\$ 245.994,00	R\$ 370.235,00	R\$ 255.947,00	R\$ 378.095,00	R\$ 365.841,00	R\$ 125.407,00	R\$ 101.927,55	R\$ 205.330,09
11. 2 LTF - Linhas Telefônicas Fixas	un	133	284	283	277	517	442	442	442
11. 3 GRTF - Gasto relativo com telefonia fixa	reais/linha fixa	R\$ 1.849,58	R\$ 1.303,64	R\$ 904,41	R\$ 1.364,96	R\$ 707,62	R\$ 283,73	R\$ 230,61	R\$ 464,55
11. 4 GTM - Gasto com telefonia móvel	reais	R\$ 16.410,00	R\$ 15.220,00	R\$ 1.418,00	R\$ 1.310,00	R\$ 3.616,00	R\$ 18.423,00	R\$ 130.989,35	R\$ 124.990,59
11. 5 LTM - Linhas Telefônicas Móveis	un	12	13	5	5	5	124	124	124
11. 6 GRTM - Gasto relativo com telefonia móvel	reais/linha móvel	R\$ 1.367,50	R\$ 1.170,77	R\$ 283,60	R\$ 262,00	R\$ 723,20	R\$ 148,57	R\$ 1.056,37	R\$ 1.007,99
11. 7 Gasto total com telefonia	reais	R\$ 262.404,00	R\$ 385.455,00	R\$ 257.365,00	R\$ 379.405,00	R\$ 369.457,00	R\$ 143.830,00	R\$ 232.916,90	R\$ 330.320,68
11. 8 Gasto relativo com telefonia fixa e móvel	reais/(linha fixa + linha móvel)	R\$ 1.809,68	R\$ 1.297,83	R\$ 893,63	R\$ 1.345,41	R\$ 707,77	R\$ 254,12	R\$ 411,51	R\$ 583,61



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

12 – VEÍCULOS

OBJETIVO

Gerir a mobilidade e os gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições de veículos na Justiça Eleitoral do Ceará

META PARA 2022

Melhorar a relação usuário/veículos para o patamar de 2019

UNIDADE GESTORA

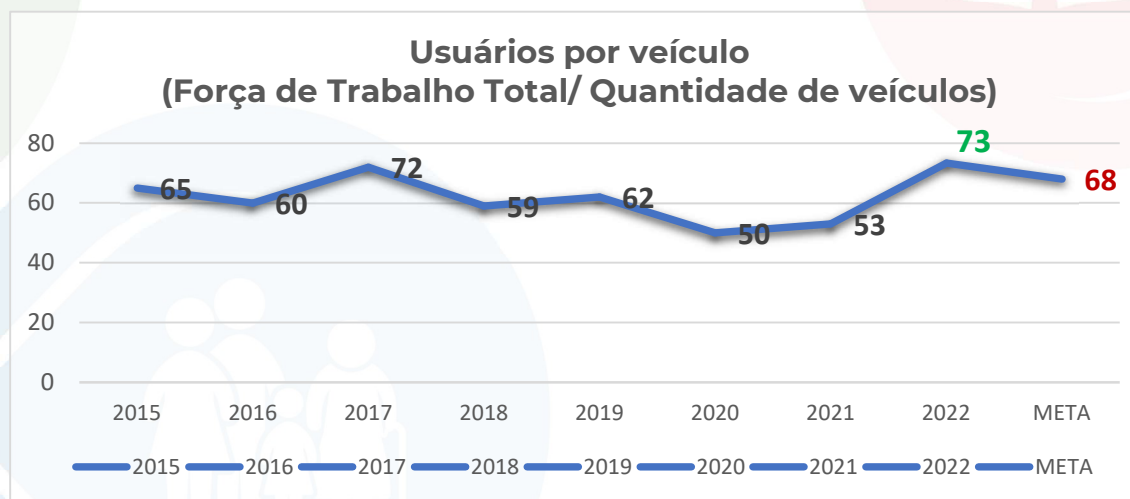
SETRA



**META
ALCANÇADA**

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

A gestão da frota do TRE-CE tem recebido sucessivos destaques nos relatórios de sustentabilidade de todo o Judiciário. Em 2022, houve expressiva melhora nos resultados da relação usuário/veículo porque finalmente o Tribunal, após reconhecido esforço da Seção de Transportes – SETRA, conseguiu realizar o leilão de nove veículos imobilizados.





TABELA

Série Histórica | Tema 12 - Veículos

QUESTIONÁRIO ANUAL		U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022
12.1	Km-Quilometragem	km	371.334	692.847	379.176	456.814	181.502	1.039.648
12.2	VGEF - Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex	un	18	18	18	20	20	16
12.3	VD - Quantidade de veículos a diesel	un	6	7	7	7	7	5
12.4	Valt - Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas	un	0	0	0	0	0	0
12.5	QVe - Quantidade de veículos	un	24	25	25	27	27	21
12.6	QVS - Quantidade de veículos de serviço	un	19	20	20	25	25	19
12.7	UVS - Usuários por veículo de serviço	servidores/ veículos de serviço	85,00	68,00	68,00	50,00	50,24	74,53
12.8	QVM - Quantidade de veículos destinados à locomoção de	un	2	2	2	2	2	2



TABELA

Série Histórica | Tema 12 - Veículos (cont.)

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022
12.9 UVM - Usuários por veículo destinado à locomoção de magistrados(as)	magistrados/ veículos de magistrados	58	58	58	58	62	62
12.10 GMV - Gasto com manutenção de veículos	reais	R\$ 71.314,00	R\$ 53.582,00	R\$ 108.698,00	R\$ 73.963,00	R\$ 113.152,97	R\$ 144.680,40
12.11 GRMV - Gasto relativo com manutenção por veículo	reais/un	R\$ 2.971,42	R\$ 2.143,28	R\$ 4.347,92	R\$ 2.739,37	R\$ 4.190,85	R\$ 6.889,54
12.12 GCM - Gastos com contratos de motoristas	reais	R\$ 380.028,00	R\$ 361.654,00	R\$ 386.610,00	R\$ 90.019,00	R\$ 379.442,94	R\$ 462.399,11
12.13 GRGM - Gasto com contrato de motoristas por veículo	reais/un	R\$ 15.834,50	R\$ 14.466,16	R\$ 15.464,40	R\$ 3.334,04	R\$ 14.053,44	R\$ 22.019,01
12.14 GCV - Gasto com contratos de adenciamento de Usuários por veículo (FTT/total de veículos)	reais	R\$ 158.668,43	R\$ 1.334.128,46	R\$ 281.199,50	R\$ 1.203.059,60	R\$ 25.448,87	R\$ 20.967,61
	FTT/veículos	72	59	62	50	53	73,33



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

13 – COMBUSTÍVEL

OBJETIVO

Monitorar o consumo de combustíveis na Justiça Eleitoral do Ceará.

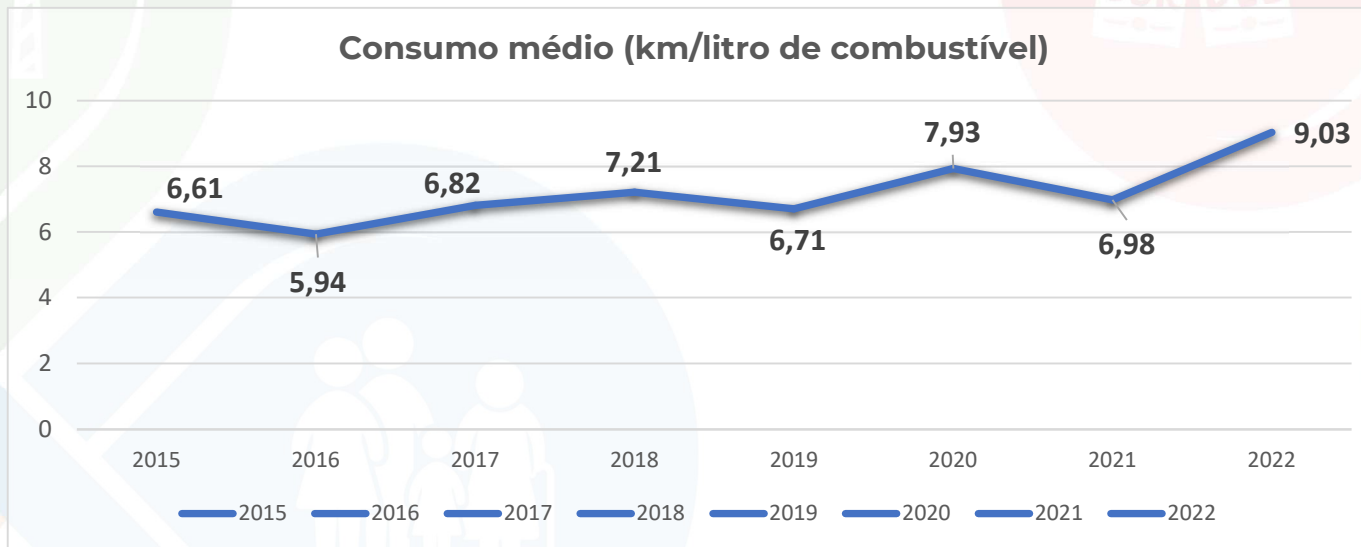
UNIDADE GESTORA

SETRA



COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

O consumo de combustível deve ser associado com a quilometragem percorrida para que se possa medir a eficiência dos veículos que se encontrem à disposição da Justiça Eleitoral, sendo eles próprios ou não. Sendo assim, mereceu destaque o resultado abaixo, descrito no gráfico, que demonstra uma expressiva melhoria do consumo médio.





SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

TABELA

Série Histórica | Tema 13 – Combustível

QUESTIONÁRIO ANUAL		U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022
13.1	CG - Consumo de gasolina	litros	39.615	65.061	40.349	38.335	18.781	74.040
13.2	Consumo de etanol	litros	1.783	2.722	1.376	2.600	252	4.943
13.3	CD - Consumo de diesel	litros	13.089	28.250	14.780	16.655	6.965	36.103
13.4	CRAG- Consumo de gasolina e etanol por veículo	litros/veículo	2.300	3.766	2.318	2.047	952	4.936
13.5	CRD - Consumo de diesel por veículo	litros/veículo	2.182	4.036	2.111	2.379	995	7.221
13.6	GC - Gasto com combustível	reais	R\$ 216.549,11	R\$ 441.141,03	R\$ 190.499,65	R\$ 268.663,57	R\$ 40.034,66	R\$ 614.259,17



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

14 – APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO

Monitorar os gastos relacionados aos serviços gráficos na Justiça Eleitoral do Ceará

META PARA 2022

Manter o gasto total com serviços gráficos, adotando-se como referência o ano de 2019,0 atualizado pelo IPCA

UNIDADES GESTORAS

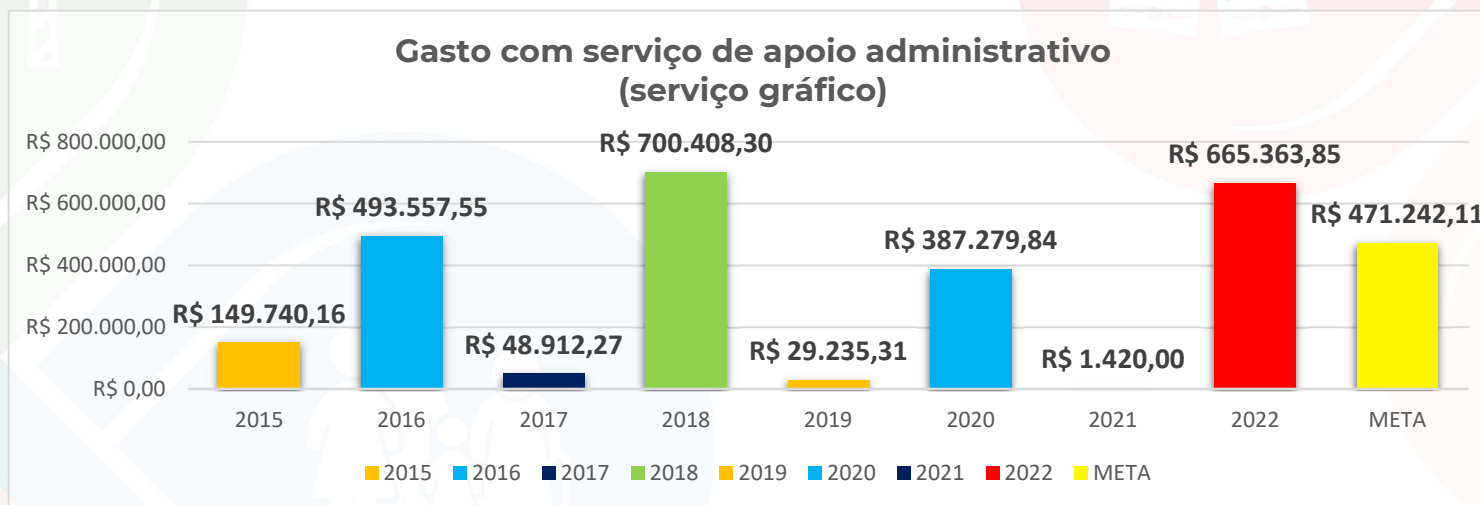
SEDT e SEALX



META NÃO ALCANÇADA

COMENTÁRIOS SOBRE O RESULTADO

Os gastos com serviços gráficos têm sido realizados de maneira cada vez mais racional. No entanto, muitos apresentam-se dependentes das demandas de eleição, muitas vezes estabelecidas pelo próprio TSE, cujo cumprimento é compulsório.





TABELA

Série Histórica | Tema 14 – Apoio Administrativo

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
14.1 GCGraf - Gastos com serviços gráficos no período-base	reais	R\$ 149.740,16	R\$ 493.557,55	R\$ 48.912,27	#####	R\$ 29.235,31	R\$ 387.279,84	R\$ 1.420,00	R\$ 665.363,85



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

15 – AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

OBJETIVO

Acompanhar as contratações sustentáveis na Justiça Eleitoral do Ceará.

META PARA 2022

Aplicar critérios de sustentabilidade em 25% das contratações

UNIDADE GESTORA

COLIC

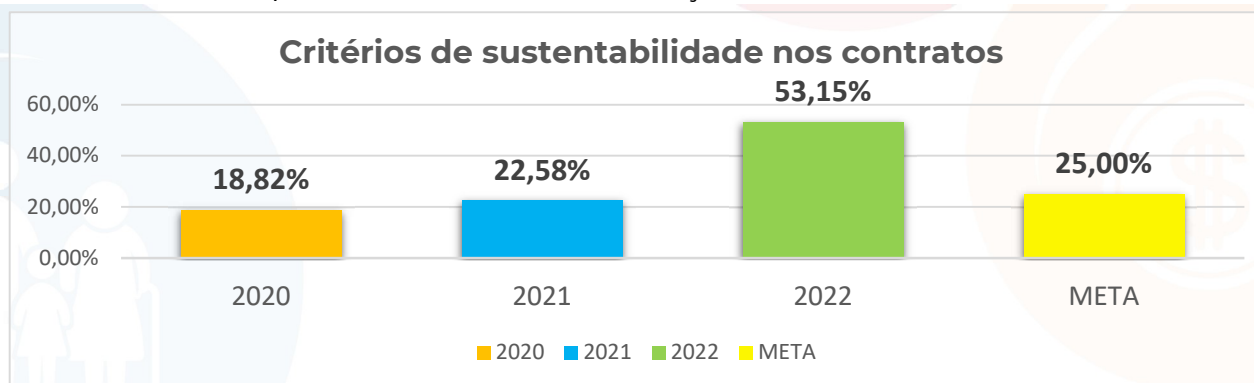


**META
ALCANÇADA**

COMENTÁRIOS SOBRE O RESULTADO

A Resolução CNJ nº 347/2020 trouxe a governança de aquisições e contratações para um novo patamar de relevância no Judiciário, lançando luz para a adoção de critérios sustentáveis nas contratações. O TRE-CE, por meio de suas unidades técnicas, tem envidado esforços para melhorar seus indicadores de sustentabilidade nas contratações, exigindo que todos os documentos que subsidiem as contratações tratem sobre o tema expressamente, mesmo que para informar não haver identificado critério sustentável.

Com especial atenção, cite-se a celebração do acordo de cooperação técnica para a reserva de 5% das vagas de prestação de serviços terceirizados, na nova sede, para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, celebrado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) e a Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). A proposta foi uma iniciativa da Comissão de Participação Feminina – CPFem.





TABELA

Série Histórica | Tema 15 – Aquisições e Contratações

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
15.1 ACR - Aquisições e contratações realizadas no período-base	un	175	173	178	212	183	170	62	111
15.2 ACS - Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base	un						32	14	59
15.3 PCS- Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	ACS/ACR	-	-	-	-	-	18,82%	22,58%	53,15%



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

16 – QUALIDADE DE VIDA



OBJETIVO

Monitorar a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional

UNIDADE GESTORA

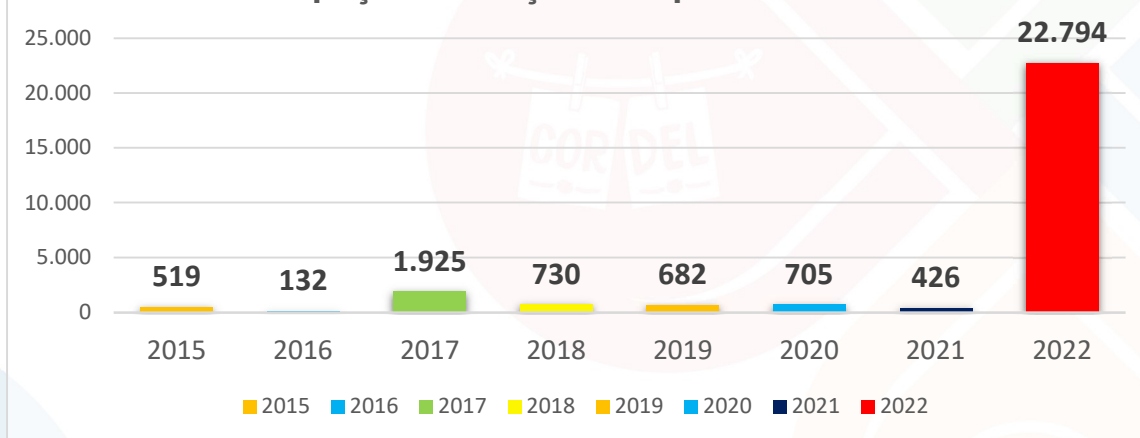
QVT (Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho).

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

O Comitê de Qualidade de Vida diversificou suas ações em 2022, de modo a impactar consideravelmente os resultados de participações.

Ressalte-se que em 2022 nenhuma ação solidária foi desenvolvida.

Participações em ações de qualidade de vida





SUSTENTABILIDADE

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

TABELA

Série Histórica | Tema 16 – Qualidade de vida

QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
16.1 PQV- Participações em ações de qualidade de vida	participante	519	132	1925	730	682	705	426	22794
16.2 AQV- Quantidade de ações de qualidade de vida	ação	6	2	10	16	22	101	33	39
16.3 PRQV - Percentual de participantes em ações de qualidade de vida	PQV/ Força de Trabalho Total	27,53%	7,53%	111,34%	49,19%	44,09%	51,72%	30,87%	1480,13%
16.4 PAS - Participações em ações solidárias	participante	1	114	328	18	13	739	995	0
16.5 AS – Quantidade de ações solidárias	ação	1	1	1	3	2	3	4	0
16.6 PRAS- Percentual de participantes em ações solidárias	PRAS/ Força de Trabalho Total	0,05%	6,50%	18,97%	1,21%	0,84%	54,22%	72,10%	0,00%



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO

Monitorar a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema de sustentabilidade

META PARA 2022

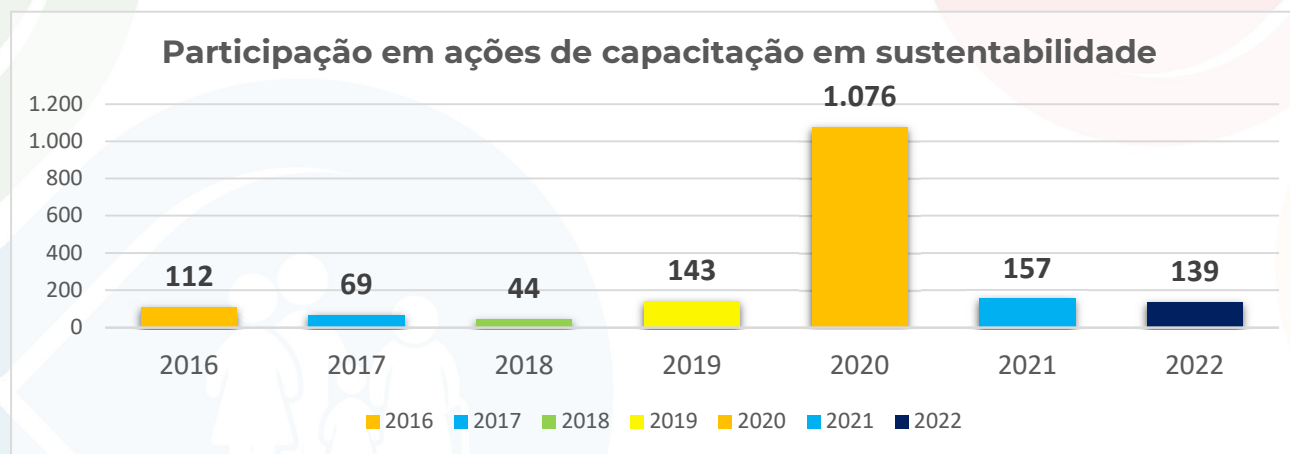
Capacitar ao menos 7% (sete por cento) da força de trabalho sobre temas relacionados a sustentabilidade, todos os anos

UNIDADE GESTORA

NSA

COMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO

Houve poucos eventos de capacitação com ampla participação, que trataram sobre temas relacionados a energia renovável e licitações sustentáveis.



**META
ALCANÇADA**



TABELA

Série Histórica | Tema 17 - Capacitação em sustentabilidade

	QUESTIONÁRIO ANUAL	U.M.	2018	2019	2020	2021	2022
17.1	ACap - Ações de capacitação em sustentabilidade	ação	2	3	8	2	4
17.2	ASen - Ações de sensibilização em sustentabilidade	ação				1	3
17.3	PCap - Participação em ações de capacitação em sustentabilidade	participante	44	143	1.076	157	139
17.4	PRCap - Percentual de participantes em ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade	Pcap/ Força de Trabalho Total	2,96%	9,24%	78,94%	11,38%	9,03%



SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2022 se iniciou com o arrefecimento do estado de pandemia pela COVID - 19, permitindo a retomada segura do trabalho presencial e o preparo das atividades eleitorais sem preocupações sanitárias tão rígidas quanto as enfrentadas em 2020.

Para nós, o desafio maior foi a mudança para a nova sede do Tribunal e, com isso, o incremento considerável da estrutura predial, que tanto requer mais serviços de manutenção, quanto permite atividades antes impossíveis, relativas ao desenvolvimento adequado de diversas ações de sustentabilidade e de qualidade de vida. Novos históricos de consumo passarão a ser formados e o estabelecimento de metas tornar-se-á dificultado a curto prazo. Para tanto, a análise de consumos comparativos a partir dos painéis de sustentabilidade ganham ainda mais relevância, por se tornarem ferramentas substitutivas para tomada de decisão.

O TRE-CE criou estruturas internas de governança, melhorando a comunicação da unidade de sustentabilidade com as secretarias. A partir desse cenário, vislumbra-se que a reavaliação das competências das diversas unidades sob a perspectiva da sustentabilidade permitirá acelerar melhorias no PLS.

A regulamentação do trabalho remoto ainda se encontra pendente e o modo como o tema será tratado pela Administração impactará diretamente os resultados do PLS, conforme se observou em 2020. A busca pela medida adequada para a eficiência administrativa e o bem-estar das pessoas à luz desse contexto pós-



pandêmico e de casa nova (ao menos para as trabalhadoras e trabalhadores da Secretaria) permanece. Nos termos da Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário (art. 20, §1º, da Res CNJ nº 400/2021), a real necessidade de consumo deve sempre ser avaliada com base em parâmetros objetivos, que considerem a justificativa das demandas, a redução dos espaços físicos diante da adoção do trabalho remoto, a natureza das atividades desempenhadas, a comparação entre unidades com atribuições semelhantes e as séries históricas.

Some-se a isso a necessidade de se enfrentarem temas caros à sociedade, ainda não abordados pelo PLS – JE/CE, que dizem respeito à inclusão e à diversidade. Embora o CNJ ainda não tenha estabelecido indicadores, a Justiça da Cidadania pode, sim, conceber excelentes ações para responder a essa demanda tão relevante.

Por fim, ressalte-se que o Judiciário também tem se mantido atento ao papel que deve exercer diante das mudanças climáticas, tanto em sua prestação jurisdicional quanto em seus processos internos⁴. Nesse sentido, embora o presente relatório também não tenha enfrentado o assunto, imprescindível registrar que a gestão de emissões de gases de efeito estufa – GEE entrou na pauta dos tribunais e dos conselhos do país⁵. Esse será mais um dos enormes desafios para a sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Ceará. Sigamos em frente na busca pelo direito ao futuro.

⁴ [JusClima2030 \(jfrs.jus.br\)](https://jfrs.jus.br)

⁵ [art. 24 da Res. CNJ nº 400/2021](#)